

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 16/Set



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3478 - Ano 2025

PF fecha mais de mil empresas clandestinas de segurança privada

Empresas clandestinas foram fiscalizadas nos últimos 7 anos

ALEX RODRIGUES - REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL



© Rafa Neddermeyer/Agência Brasi

Em apenas sete anos, a Polícia Federal (PF) determinou o fechamento de ao menos 1.176 empresas clandestinas de segurança privada. O combate às companhias não autorizadas também resultou em 26 prisões em flagrante e na apreensão de 46 armas de diferentes calibres.

As informações fornecidas a pedido da Agência Brasil indicam que, entre 2017 e 2024, 3.358 empresas de segurança privada foram alvo da fiscalização da PF apenas

no âmbito da Operação Segurança Legal. Ou seja, cerca de 35% das firmas visitadas no período não tinham autorização para funcionar.

Os números seriam ainda maiores se, em 2020, a pandemia de Covid-19 não tivesse impedido a PF de realizar a operação, que ocorre em âmbito nacional, desde 2017. Por outro lado, em 2019, a operação foi deflagrada em duas ocasiões diferentes - justamente para intensificar a fiscalização.

OPERAÇÃO SEGURANÇA LEGAL				
Ano	Número de alvos fiscalizados	Número de encerramentos	Número de prisões em flagrante	Número de armas apreendidas
2017	350	142	04	03
2018	247	109	01	04
2019*	762	208	09	19
2020**	-	-	-	-
2021	597	204	07	11
2022	451	141	02	03
2023	461	178	02	05
2024	490	194	01	01

No Brasil, somente empresas de segurança privada autorizadas pela PF podem prestar serviços e contratar vigilantes. Segundo a instituição, a contratação de serviços clandestinos representa risco à integridade física das pessoas e ao patrimônio dos contratantes. Isso porque, em geral, as companhias não cumprem os requisitos legais mínimos para se regularizarem. Além disso, seus funcionários não passam pelo crivo da PF, responsável por verificar os antecedentes criminais, a formação e as aptidões física e psicológica dos seguranças terceirizados.

Vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o advogado Ivan Hermano Filho considera que o dado, preliminar, corresponde à realidade que a entidade observa em todo o país.

“Este mercado tem as empresas regulares, corretas, que funcionam direitinho. E um universo muito grande de empresas clandestinas que são, normalmente, as que são fechadas”, disse Hermano, explicando que, entre os CNPJs cancelados, há desde empresas irregulares com vários funcionários e bem equipadas, até aquelas constituídas por uma única pessoa que faz um bico de segurança sem dispor da mínima estrutura.

“Muitas vezes, são aqueles homens e mulheres que você vê nas portas de algumas farmácias, supermercados e de outros estabelecimentos comerciais usando uma camiseta com inscrições como Controlador de Risco, Prevenção de Perdas, Apoio, Suporte ou até mesmo Segurança”, acrescentou Hermano.

O advogado ainda destacou que, desde setembro do ano passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, todas as atividades por ele citadas passaram a ser consideradas como de segurança, dependentes da autorização da PF. “Esta é uma mudança legislativa muito importante e que, quando regulamentada, terá um impacto nas ações da PF, que agora tem um embasamento legal muito mais claro para agir com rigor”, comentou o representante da Fenavist.

“Até então, a legislação brasileira deixava claro que a atribuição da PF era fiscalizar empresas de segurança legalmente constituídas. Então, algumas empresas autuadas e fechadas recorriam ao Poder Judiciário alegando que não eram, efetivamente, empresas de segurança. E com este argumento, muitas vezes, elas obtinham liminares judiciais que lhes permitiam continuar operando sem autorização da PF”, destacou Hermano.

Ele lembra que o novo estatuto prevê a aplicação de multa não apenas às empresas clandestinas, mas também a quem contratá-las ou organizarem serviços irregulares, além de tipificar como crime a atuação clandestina armada.

“A nova lei criminaliza, inclusive, ações como, por exemplo, um policial que utilize sua arma funcional para trabalhar como segurança privada. Isso, agora, é crime”, finalizou Hermano.

Fonte: Agência Brasil/EBC- Rafa Neddermeyer

Sindforte-RN, realiza Assembleias de Prestação de Contas



Há direção do SindForte/RN, presidente Antônio Fernandes, Secretário-Geral Rômulo Pessoa, Diretor Administrativo Denilson Barbosa e o Tesoureiro Rogério no dia 10, realizou assembleia na sede do sindicato, em Natal, reunindo os trabalhadores da capital e região metropolitana.

Já no dia 11, foi a vez da cidade de Mossoró receber a assembleia, realizada no auditório do Sintracon – Sindicato da Construção Civil. Durante as assembleias, a diretoria apresentou de forma detalhada os números referentes à atual gestão do Sindforte-RN, destacando as ações desenvolvidas ao longo do período. Foram expostas as demandas de ações judiciais, as receitas e despesas, bem como os resultados alcançados na defesa dos direitos da categoria.

Após a apresentação e discussão, as contas foram colocadas em votação.

Por unanimidade, os participantes aprovaram a prestação de contas da atual gestão, tanto em Natal quanto em Mossoró e região. Essa aprovação reflete a confiança da categoria no trabalho responsável e

comprometido que vem sendo realizado pela direção do sindicato.

Entre as conquistas destacadas, está a aquisição do primeiro veículo próprio do Sindforte-RN, garantindo mais agilidade no atendimento às demandas da base.

Outra importante conquista foi a compra da nova sede do sindicato, um marco para a história da entidade e um passo decisivo para fortalecer ainda mais a estrutura e o atendimento aos trabalhadores.

Esses avanços são frutos de um trabalho coletivo e da união da categoria em torno do fortalecimento da representação sindical. As assembleias também reforçaram a importância da participação ativa dos trabalhadores nas decisões da entidade. Somente com a presença e o engajamento de todos é possível construir um sindicato cada vez mais forte e representativo. O Sindforte-RN reafirma o compromisso com a transparência, a responsabilidade e a defesa intransigente dos direitos da categoria.

FONTE: SINDFORTE-RN

Salários baixos levam trabalhadores para a informalidade, diz presidente da CUT

Entidade cobra fim da escala 6x1 e avanço de projetos travados no Congresso

REPRODUÇÃO



O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, avalia que a precarização do emprego formal tem levado cada vez mais brasileiros para a informalidade e trabalhos precarizados. “Se não aumentarmos o valor dos salários hoje, daqueles que são celetistas, que têm carteira registrada, nós vamos empurrar cada vez mais as pessoas para a informalidade”, alerta, em conversa com o BdF Entrevista, da Rádio Brasil de Fato.

Segundo ele, a baixa remuneração e as exigências excessivas para conquistar vagas formais fazem com que muitos optem por trabalhar em aplicativos. “É melhor pegar um carro e trabalhar a semana inteira, porque no final do mês vai tirar R\$ 8 mil, pelo menos, e sem ter chefe a encher o saco. Hoje os trabalhadores de aplicativo querem ter proteção, gostariam de ser celetistas, mas não vale a pena”, diz.

Para Nobre, os principais entraves para a pauta trabalhista não estão no Executivo, mas no Legislativo. “O nosso problema não é a interlocução com o governo, o nosso problema é o Congresso, do jeito que ele está hoje”, afirma. Ele lembra que o presidente Lula (PT) não tem maioria parlamentar e que mudanças estruturais, como a revogação da reforma trabalhista ou o novo modelo de financiamento sindical, dependem da aprovação dos deputados e senadores.

“Às vezes, as pessoas me perguntam: ‘Por que Lula não revogou a reforma trabalhista?’. Porque a reforma trabalhista vai pro Congresso e não vai passar. Não adianta ele mandar decreto anulando isso ou aquilo porque não tem voto dentro do Congresso Nacional”, explica.

Escala 6x1 e condições desumanas

O dirigente também defendeu o fim da escala de trabalho 6x1, na qual se trabalha seis dias para folgar um. “São pessoas jovens. Se a pessoa tem uma jornada de trabalho desse jeito, ela não tem vida social. (...) É uma jornada cruel, desumana. Não tem sentido, em pleno século 21, ter jovem trabalhando nesse sistema”, critica.

Segundo ele, a CUT pretende pressionar para que a redução da jornada entre nesse debate no Congresso. “Vejo que há sensibilidade para isso na Comissão do Trabalho. Se fizermos uma campanha bem feita, temos condições de resolver esse problema”, avalia.

Disputa política e futuro do sindicalismo

Nobre ressalta ainda que a sobrevivência das entidades sindicais depende de uma nova forma de financiamento, baseada em negociações coletivas, já em discussão no Congresso. Ele destaca também a necessidade de eleger uma bancada de sindicalistas em 2026. “Nós precisamos construir, dentro do Congresso Nacional, uma bancada que se dedique exclusivamente aos temas do trabalho. A luta sindical descolada da luta política é uma luta incompleta”, declara.

Sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ele acredita que tende a se tornar irrelevante, especialmente após a condenação a mais de 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado. “Tenho certeza que, por 30 dias que [Bolsonaro] estiver preso, ninguém vai mais ligar para ele. Eles vão arrumar outro candidato à presidência da República e vão largar ele lá. (...) Bolsonaro vai para as catacumbas da história, o lugar dele”, diz.

Para ouvir e assistir

O BdF Entrevista vai ao ar de segunda a sexta-feira, sempre às 21h, na Rádio Brasil de Fato, 98.9 FM na Grande São Paulo. No YouTube do Brasil de Fato o programa é veiculado às 19h.

Fonte: CUT- Escrito por: Brasil de Fato \ escrito por Adele Robichez e Igor Carvalho

| Editado por: Felipe Mendes

FGTS completou 59 anos neste sábado (13)

Fundo, um patrimônio dos trabalhadores, é referência em financiamento de políticas de desenvolvimento econômico e social no Brasil



O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) completa 59 anos neste sábado (13), se consolidando desde sua fundação em 1966, como um instrumento que, ao longo de quase seis décadas, tem promovido segurança e estabilidade econômica para 41,9 milhões de trabalhadores. Com um patrimônio total de R\$ 800 bilhões, o FGTS é referência em financiamento de desenvolvimento econômico, tendo propiciado desde 1995 a construção de 10 milhões de unidades de habitação popular.

Tendo como finalidade assegurar uma reserva financeira ao trabalhador em caso de demissão, o FGTS utiliza seus recursos disponíveis para financiamento de políticas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, se consolidando como um dos maiores fundos de investimento do mundo.

“O FGTS surgiu como uma inovação transformadora no cenário trabalhista nacional, uma verdadeira conquista que, desde então, assegura ao trabalhador formal uma reserva financeira em momentos de vulnerabilidade, como na demissão sem justa- causa, aposentadoria, doenças graves, ou mesmo em situações de calamidade”, ressalta

o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que atualmente preside o Conselho Curador do FGTS, órgão tripartite que reúne empregadores, trabalhadores e governo para decidir os rumos dos recursos do Fundo.

O FGTS não se resume a ser apenas uma proteção individual do trabalhador. O Fundo representa uma engrenagem essencial para o desenvolvimento nacional, financiando políticas de habitação, saneamento e infraestrutura que, ao mesmo tempo, melhoram a qualidade de vida da população e impulsionam o crescimento econômico do país.

“Quando olhamos para as famílias que realizaram o sonho da casa própria com o apoio do FGTS, percebemos a concretização do ideal de justiça social que alicerça esse Fundo. A cada habitação financiada, a cada rua pavimentada, a cada sistema de saneamento ampliado, o FGTS prova seu papel de protagonista no desenvolvimento social e no combate às desigualdades em todo o território brasileiro”, argumenta Marinho.

Ao longo desses 59 anos, o FGTS vem se renovando e se adaptando aos desafios do tempo. No ano passado, ajudou milhares de pessoas a enfrentar uma das maiores

calamidades ambientais da história, devido aos alagamentos no Rio Grande do Sul, aprovando a liberação do Saque-Calamidade, oferecendo suporte financeiro imediato através de saques emergenciais. O FGTS também pagou, nos últimos anos, lucros acima da inflação aos seus cotistas. Em 2024 o Fundo distribuiu R\$ 15 bilhões aos trabalhadores e, neste ano, já foram R\$ 12.9 bilhões.

O FGTS é também um aliado estratégico para o futuro. Segundo Marinho, há o desafio de conciliar a preservação de sua essência, que é a proteção ao trabalhador, com o fomento de novas formas de investimento em setores-chave para o desenvolvimento sustentável, como a transição para uma matriz energética mais limpa e o investimento em infraestrutura que favoreça a competitividade do nosso país.

“Tudo isso sempre com os olhos voltados para a geração de novas oportunidades de empregos e renda dignos, inclusive com o desafio da retomada dos investimentos no Fundo de Investimento (FI-FGTS)”.

Além disso, a gestão do Fundo tem o compromisso das entidades gestoras, dos trabalhadores, dos empregadores e de todas as instâncias envolvidas na administração do FGTS, sobretudo aquelas que compõem o Conselho Curador. “É através da responsabilidade, do diálogo e da cooperação tripartite que conseguimos assegurar sua perenidade”, afirma Marinho.

Fonte: MTE

Sindicato dos Bancários de SP irá ingressar com uma ação coletiva contra o Itaú

As demissões atingiram aproximadamente mil trabalhadores do Centro Tecnológico (CT), CEIC e Faria Lima, que trabalhavam em regime híbrido ou integralmente remoto



O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região informou que irá ingressar com uma ação coletiva contra o Itaú, após demissão em massa na segunda-feira (8), sem aviso prévio ao Sindicato. As demissões de aproximadamente mil trabalhadores do Centro Tecnológico (CT), CEIC e Faria Lima, que trabalhavam em regime híbrido ou integralmente remoto.

Além de injustificáveis diante do lucro bilionário do banco – que alcançou mais de R\$ 22,6 bilhões apenas no último semestre –, as demissões em massa promovidas pelo Itaú

desrespeitam os trabalhadores, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária e a legislação brasileira, que determinam a necessidade de negociação prévia com o movimento sindical em casos como este.

“Ouvimos os trabalhadores demitidos na plenária realizada nesta quinta-feira (11). O Itaú descumpriu regras básicas de proteção ao emprego e desconsiderou a mesa de negociação coletiva. Um banco que lucra bilhões não pode tratar os trabalhadores como números descartáveis. Vamos acionar a Justiça para reverter esse ataque e responsabilizar o Itaú por esse desrespeito à lei e à categoria”, afirma Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

Fonte: CUT - Escrito por: Sindicato dos Bancários de SP

CAE analisa portabilidade de salário e novo crédito com juros menores



Projeto em pauta na comissão nesta terça amplia direitos de clientes de bancos

A Comissão Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se na terça-feira (16), às 10h, para analisar seis projetos de lei em pauta. O primeiro deles amplia direitos de clientes de bancos, ao agilizar a portabilidade do recebimento de salário e prever nova modalidade de crédito com juros menores.

O PL 4.871/2024, de autoria do ex-deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), recebeu voto favorável do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O projeto estabelece quatro direitos principais para os usuários: portabilidade (a transferência de uma instituição bancária para outra) automática de salário e benefícios previdenciários; débito automático entre instituições bancárias; direito a informações claras sobre taxas de juros e demais custos; e contratação de crédito especial com juros reduzidos.

A nova modalidade de crédito a ser criada terá juros mais baixos do que os praticados no mercado em situações específicas, conforme regulamentação a ser feita pelo Banco Central.

Tarifaço

Outro item da pauta é o projeto de lei complementar que cria espaço fiscal para as medidas emergenciais do governo federal contra os impactos da taxação dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros.

O PLP 168/2025 retira dos limites do Novo Arcabouço Fiscal, até o final de 2026, os R\$ 30 bilhões para empréstimos e renúncias fiscais anunciados pelo governo em agosto por meio de medida provisória (MP 1.309/2025). O projeto foi protocolado pelo líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), e tem parecer favorável do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Passagens gratuitas

Terá decisão final na CAE a proposição que garante a idosos com baixa renda o direito à gratuidade ou desconto de 50% em passagens de ônibus interestaduais em qualquer tipo de veículo. O PL 2.311/2019, do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), recebeu parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS).

Já aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), o projeto altera o Estatuto do Idoso para que os direitos à gratuidade ou ao desconto valham não só para ônibus comuns, mas também para veículos executivos, semileito e leito, desde que façam linhas regulares entre estados.

Fonte: Agência Senado

Combate à violência nas escolas exige ação rápida e acolhimento, aponta debate

O senador Paulo Paim (C) presidiu a audiência



Identificar e agir rapidamente nos primeiros sinais de conflito são medidas apontadas como fundamentais no combate à violência nas escolas durante audiência na Comissão de Educação (CE), nesta segunda-feira (15). Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a reunião foi realizada a partir de requerimento (REQ 5/2025 - CE) dele e da presidente do colegiado, senadora Teresa Leitão (PT-PE).

Os dados apresentados mostraram a gravidade do problema e levantaram propostas como a necessidade de atuar precocemente, com o acolhimento das vítimas. Participantes também demonstraram preocupação com problemas estruturais da educação e da

segurança no país e criticaram as soluções consideradas paliativas, como a militarização de colégios.

Panorama alarmante

Paim ressaltou que os episódios de agressões, atentados e até mortes dentro de instituições de ensino deixaram de ser casos isolados para compor um cenário de insegurança permanente.

— Esta audiência tem por objetivo debater uma realidade que precisa ser enfrentada urgentemente: a violência no ambiente escolar. Em 2013, o Brasil registrou 3,7 mil vítimas de violência interpessoal em escolas. Em 2023, esse número saltou para 13,1 mil, um aumento de 254%. Nos últimos dez anos, ao menos 47

mortes foram registradas em episódios dessa natureza — destacou o senador.

O parlamentar citou ainda massacres em Santa Catarina e Pernambuco, casos de agressões que resultaram em morte de crianças, além de dados de pesquisas nacionais que revelam altos índices de violência física, sexual e psicológica entre estudantes.

Paim lembrou que professores também se tornaram alvos recorrentes: somente em 2023, o Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos, recebeu mais de 1,2 mil denúncias de agressões a docentes.

Ações do governo federal

A coordenadora-geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas do Ministério da Educação, Thaís Dias Luz Borges Santos, apresentou medidas já em andamento.

Ela citou a criação do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave), instituído em 2024, que busca articular estratégias preventivas e de resposta com estados e municípios.

— Não é apenas uma resposta pontual. O Snave faz parte da construção de uma cultura de prevenção e cuidado permanente. Estamos falando de escolas resilientes, que se adaptam e garantem o bem-estar dos estudantes mesmo diante de crises — explicou.

Segurança pública e desigualdades regionais

Já o presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Paulino Delmar Rodrigues Pereira, chamou a atenção para a dificuldade de garantir segurança em escolas, especialmente em estados com menos recursos.

— É notório que temos um problema muito sério na segurança pública. Enquanto estados mais ricos conseguem avançar, regiões do Norte e Nordeste enfrentam limitações

orçamentárias. Além disso, policiais prendem, mas rapidamente esses marginais são soltos pela Justiça, o que gera insegurança — criticou.

Entre mitos e prioridades

O consultor legislativo do Senado Manoel Morais de Oliveira Neto Alexandre alertou para o risco de superdimensionar ataques extremos em escolas.

— Nos últimos 25 anos, 21 escolas foram atacadas com mortes. Temos 180 mil escolas no Brasil, 137 mil públicas. Estatisticamente, a chance de um aluno morrer num ataque é menor do que ser atingido por um raio. O problema é que a cobertura intensa gera pânico e uma legislação reativa, enquanto o bullying, a homofobia e o racismo, que são violências cotidianas, ficam invisíveis — argumentou.

Prevenção precoce e acolhimento

A coordenadora-geral de Enfrentamento ao Trabalho Infantil da Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Celia Nahas, destacou a importância de intervir logo nos primeiros sinais de conflito.

— Precisamos identificar e agir precocemente diante de pequenas situações de violência. Isso envolve acolher vítimas e agressores para garantir saúde mental e mediação pedagógica — afirmou.

Críticas à militarização

A secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Rosilene Corrêa, rejeitou a militarização como solução.

— Militarizar escolas não é a resposta. Precisamos de mais trabalhadores da educação, turmas menos lotadas, esporte, reforço escolar e financiamento adequado. Só assim teremos educação integral e de qualidade — defendeu.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF